

XVII Congresso Brasileiro de Sociologia
20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS)

**GT16 - Movimentos Sociais na atualidade: reconfigurações das práticas e
novos desafios teóricos**

RESISTÊNCIA ANARQUISTA EM NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Acácio Augusto, Universidade Vila Velha - UVV

Pablo Ornelas Rosa, Universidade Vila Velha - UVV

Paulo Edgar R. Resende, Universidade Vila Velha - UVV

Resistência anarquista em novíssimos movimentos sociais

Acácio Augusto¹
Pablo Ornelas Rosa²
Paulo Edgar R. Resende³

RESUMO

As proximidades que as mais recentes mobilizações sociais, na esteira dos movimentos anti-globalização, no Brasil, no México, na Espanha, nos Estados Unidos, e etc., tem apresentado em relação a referenciais anarquistas, oferecem um desafio analítico ao qual as matrizes teórico-metodológicas mais utilizadas nos estudos de movimentos sociais não oferecem todos os suportes. Pela a sociedade de controle abarcar distintas dimensões e formas de dominação da vida cotidiana, as ações de resistência tem se alterado e se multiplicado em formas e conteúdos. Há uma série de componentes novos a serem explorados em suas potencialidades de subversão da ordem vigente: ação não hegemônica, grupos de afinidade, organização social autônoma, horizontalidade e ausência de lideranças, luta por mudanças radicais-estruturais, desconsideração a formalidades e normas vigentes, articulação em rede, rejeição a autoridades, a representantes e a agentes do Estado, reconstrução e desconstrução de identidades, entre outros. Este artigo busca contribuir com o desenvolvimento de novo paradigma de análise de ações coletivas, que permitam compreender as singularidades de novas formas organizativas, de confronto e expressão do dissenso político. Nos apoiamos na

¹ Acácio Augusto é doutor em Ciências Sociais (Política) pela PUC-SP e pós-doutorando com bolsa CAPES no Mestrado de Sociologia e Política da UVV (Universidade de Vila Velha), pesquisador no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP) e no NEUS (Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais da UVV). Autor de *Política e polícia: controles, cuidados e penalizações de jovens*, Editora Lamparina, Rio de Janeiro, 2013.

² Pablo Ornelas Rosa é Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2012), Mestre em Sociologia Política (2008) e Bacharel em Ciências Sociais (2005) pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Desenvolveu estágio de Pós-Doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Paraná – UFPR e é professor dos Programas de Mestrado em Sociologia Política e em Segurança Pública da Universidade Vila Velha – UVV.

³ Paulo Edgar da Rocha Resende é Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Barcelona - UAB, Espanha. Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, atualmente é professor do Programa de Mestrado em Sociologia Política da Universidade Vila Velha – UVV.

definição de Richard Day dos Novíssimos Movimentos Sociais, em que se combina o pensamento anarquista com categorias de análise extraídas da filosofia pós-estruturalista.

Palavras-chave: ações coletivas; movimentos sociais; anarquismo.

Apresentando o debate

Um espectro ronda a Ciência Política – o espectro da ação política que foge de institucionalizações, da busca por hegemonia ou do controle e influência sobre o Estado. Os saberes legitimados como conhecimento científico da área coincidem na busca de enquadrar essas atuações em algum tipo de normatização reconhecida pelos paradigmas teóricos consolidados nos espaços acadêmicos. Necessitam encontrar uma possibilidade de localizar as ações políticas coletivas e individuais que passaram a escapar à leitura das classes sociais e/ou grupos de pressão organizados em partidos, sindicatos, conselhos, associações, empresas e quaisquer outros espaços da vida cotidiana institucionalizada.

Algo de novo ou de novíssimo está acontecendo. Essa novidade advém do reconhecimento das multiplicidades e de suas possibilidades e potencialidades de lutas e resistências que escapam àquelas apresentadas como as únicas formas possíveis de se conquistar espaços políticos. Os movimentos anarquistas históricos sempre buscaram localizar relações de poder, dominação e repressão mostrando como elas operam, no intuito de destruí-las posteriormente na busca pela horizontalização do poder.

A captura sempre foi uma possibilidade presente em alguns movimentos que passaram a barganhar sua potencia fomentada, sobretudo, por certa governamentalização do Estado. Contudo, antes de dar continuidade a essa apresentação é preciso definir governamentalidade como um conjugado de instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e estratégias focalizadas na população, tendo a economia política como principal forma de saber e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos essenciais, conforme apontou a partir de Foucault (2006).

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 2006a: 292).

Para discutir as multiplicidades e singularidades das novas configurações de movimentos sociais e ações coletivas que emergem nas ruas de diversas cidades do planeta, a partir do final da década de 1990, no contexto das lutas contra o neoliberalismo global e suas derivações molares – no âmbito político e institucional – e moleculares – nos processos de subjetivação –, adotamos dois procedimentos que situam quais movimentos e quais anarquismos serão analisados: 1 – clarificar o que consideramos como particularidades desses movimentos em relação a movimentos e ações coletivas destacados na década de 1970, que os façam merecer a distinção de ‘novíssimos’ movimentos sociais; 2 - referenciar a análise do anarquismo a partir de contribuições teóricas que têm sido denominadas pós-anarquismo, por combinar elementos do anarquismo analítico que emerge de pensadores europeus do século XIX, com elementos da filosofia pós-estruturalista e práticas de resistência individuais e coletivas hodiernas.

O anarquismo nos movimentos será discutido com base a três segmentações que nos permitem identificar algumas multiplicidades: a) *no campo do desejo*: os aspectos relativos ao que Guattari denomina processos subjetivantes, de resistência a subjetivações dominantes e construção de alternativas moleculares, o que podemos encontrar por exemplo em grupos que se formam em torno a desconstrução de afirmações identitárias – mulheres, LGBTTs, negros, indígenas, etc. – e outras lutas micropolíticas por transformações culturais, como as que envolvem o consumo, a alimentação, o uso do automóvel, o meio-ambiente, etc; b) *no campo da ação*: as formas e repertórios de ação, que, sem intermediários, visam contestar e apresentar resistência às autoridades, negando seu poder soberano e/ou disciplinar são marcantes como características anarquizantes. Se destacam, por exemplo,

táticas de ação direta como a *black bloc*. Também é notável, no que diz respeito a ação política de alguns grupos, a ausência do foco no Estado, em suas políticas públicas e leis; c) *no campo da organização*: as ausências de lideranças formais constituídas e reconhecidas como representantes ou dirigentes dos grupos, permitindo a existência de associações rizomáticas, tanto na organização interna quanto nas formas de mobilização e interação com ativistas e outras organizações.

A resistência dos novíssimos movimentos

Embora sejam distintas as concepções de política e de resistência, assim como também são distintas as suas táticas de enfrentamento, os jovens contestadores da contemporaneidade cada vez mais têm se organizado em coletivos fundamentados em uma lógica não institucionalizada, uma vez que se intensifica a recusa das disputas institucionalizadas, principalmente, provenientes dos sindicatos e dos partidos políticos. Sendo assim, a desconfiança e, ainda mais, a descrença na via institucional leva à elaboração de táticas distintas das tradicionais.

(...) há um novo momento e um novo modelo de associativismo civil dos jovens no mundo contemporâneo. Ele é diferente das rebeliões dos anos 1960, assim como também é distinto das ações coletivas dos movimentos altermundialistas recentes, que tem o Fórum Social Mundial como principal exemplo. As diferenças passam pelos campos temáticos tratados, pelos repertórios, formas de comunicação, identidades, criadas, pertencimentos de classe e sociocultural, as formas como aproveitam as oportunidades políticas e socioculturais que surgem e a forma como veem os partidos e organizações políticas (GOHN, 2013, p. 12-13).

Essas táticas distintas dos novos movimentos estariam apreendendo e adaptando formas de organização e de atuação inspiradas em práticas anarquistas, como apontado por diversos estudos realizados em todo planeta (Graeber, 2005; Sousa, 2011; Newman, 2010; Barrett, 2010). Horizontalidade, autogestão, ausência de lideranças ou de intelectuais orgânicos, autonomia, transversalidade temática, e foco na ampliação de liberdades, são algumas das novidades mais evidentes. Richard Day (2005) sugere tratar-se de *Novíssimos Movimentos Sociais*, por tratar-se de movimentos que radicalizam suas táticas

e discursos em torno a atuações na raiz estrutural dos problemas. Não buscam modificar apenas o conteúdo das distintas formas de dominação, mas também as próprias formas de relações sociais e políticas que permitem que a dominação aconteça. A concepção gramsciana de contra-hegemonia, largamente utilizada nos estudos de movimentos sociais, implica substituir uma hegemonia opressora pela hegemonia dos oprimidos. Nos novíssimos movimentos sociais assimila-se a noção Deleuziana de subversão, produção de uma versão menor, que não se pretende tornar maior, amplamente aceitável, hegemônica, nem muito menos impositiva:

O que é mais interessante sobre o ativismo radical contemporâneo é que alguns grupos estão rompendo com essa armadilha [da luta por dominação] operando não hegemonicamente ao invés de contra hegemonicamente. Buscam mudança radical, mas não através da tomada do ou da influência sobre o poder do estado, e ao fazer isso deasfiam a lógica da hegemonia em seu próprio núcleo (DAY, 2005, p.8)⁴.

Trata-se de um novo momento de uma série de movimentos sociais e ações coletivas, que coincidem em alguns pontos, mas vão além do entendimento amplamente aceito de Melucci (1994) sobre os *Novos Movimentos Sociais*, que surgem na década de 1960 na Europa e nos Estados Unidos. Ambos os paradigmas coincidem na observação de que a luta dos movimentos mais contemporâneos se baseiam na linguagem, no simbólico, no campo cognitivo das identidades individuais e coletivas e dos fluxos de informações.

Os conflitos contemporâneos revelam essas contradições ao situar em primeira linha a atores e formas de ação que não correspondem às categorias convencionais do conflito industrial ou da competição entre grupos de interesse. A disputa pela produção e reapropriação do significado parece constituir o núcleo central destes conflitos contemporâneos (MELUCCI, 1994, P. 128)⁵.

O aspecto cognitivo – da produção de informações e constituição de significados e marcos interpretativos – continua sendo central e de extrema relevância para os movimentos hodiernos. Mas a busca por influenciar opiniões, percepções e sensibilidades tem sido combinada mais recentemente, com a vontade apenas de expor, dar visibilidade a posicionamentos,

⁴ Tradução própria.

⁵ Tradução própria.

percepções e modos de vida marginais, ignorados, ocultados pelos costumes predominantes. O radicalismo de grupos que podem ser denominados anti-sistemas também chamou a atenção de Melucci, que verificou que o posicionamento antagônico desses movimentos “não pode se reduzir ao intercâmbio político ou à adaptação funcional” (*ibid.*, p. 136). Não estariam buscando serem incluídos em um sistema político-econômico do qual são excluídos, mas enquanto os “novos movimentos” parecem buscar modificar o sistema agindo pela margem, os “novíssimos” exigem apenas liberdade para existir na margem.

Claro que estamos diante de ampla multiplicidade de práticas coletivas, cada uma encontrando em sua singularidade mais proximidade ou distanciamento aos ideais anarquistas. Mas tem se tornado cada vez mais indispensável notar a tendência a intervenções na vida cotidiana, em hábitos e percepções sociais, que extravasam exigências que possam ter em relação ao Estado – seja de leis e políticas públicas, seja de não repressão. Nos novíssimos movimentos, a maneira como se luta é tão decisiva quanto pelo quê se luta, recusando a clássica distinção do príncipe moderno entre meios e fins. Esses movimentos tendem a aproximar o marxismo autonomista com as diversas formas de anarquismos, muitas vezes produzindo confusões semânticas e captura de práticas históricas de resistência.

É importante esclarecer que, embora os hodiernos movimentos sociais que fogem de representações e institucionalizações ao redor do mundo tenham suas particularidades, eles trazem um legado das lutas que se iniciaram na década de 1960 – principalmente com movimentos contra-culturais, como dos hippies e posteriormente dos punks e autonomistas. No entanto, tomaram a forma com qual se apresentam hoje a partir da década de 1990 com o movimento antiglobalização contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Seattle, em novembro de 1999. Posteriormente esses movimentos foram pacificados em pautas ditas propositivas no interior do Fórum Social Mundial (2001), mas suas novas táticas já haviam se espalhado pelo planeta.

A partir do final dos anos 1990, o campo temático deixou de lado a cultura e os valores de um tempo, como nos anos 1960, assim como não voltou ao tema das lutas operárias e do internacionalismo proletário. Os repertórios focalizaram as políticas macroeconômicas e seus efeitos no mundo globalizado e clamaram: “Um outro mundo é

possível”. As formas de comunicação alteraram-se muito nos anos 1990 em relação às dos anos 1960. A era dos computadores já predominava, unindo jovens de diferentes partes do mundo em ideais e ações comuns (...) Um dos fundamentos que dão base aos movimentos altermundialistas iniciados nos anos 1990 está na economia, especialmente nos efeitos perversos da globalização econômica. Contudo, encontram-se também no saldo organizatório das lutas identitárias das décadas anteriores. O chamado essencialismo da luta de classes foi substituído pelo pluralismo das lutas antirraciais, feministas, etc (GOHN, 2013, p. 14).

A seguir discutiremos algumas dimensões anárquicas dos Novíssimos Movimentos Sociais. Apesar de que essas dimensões – desejo, ação e organização – estão intimamente imbricadas, fizemos um esforço para apresentá-las separadamente, para propiciar uma visualização mais clara de suas peculiaridades.

Anarquia no campo do desejo

Se a política molecular, ou micropolítica, perpassa a formação das subjetividades, reivindicar autonomia sobre essas políticas implica o controle individual sobre a constituição de seus desejos, preferências e pensamentos. É agir e tomar para si, como autor, as políticas de formação da subjetividade que se constituem nas instituições confinamento, como nas famílias, nas escolas, nos presídios, e também em locais abertos, como nas interações sociais em espaços públicos e nos meios de comunicação. Na sociedade de controle, onde a fonte da decisão é oculta, dispersa, múltipla e variada, o que se reivindica a tomar parte é da aceitação social sobre a diferença, sobre a constituição do direito e da realização das singularidades.

Em contexto de expropriação de singularidades e da constituição heterônoma do ser individual com base na racionalidade econômica trazida pelo capitalismo, a luta pela autonomia individual é eminentemente revolucionária. Trata-se do que Guattari (1981) denominou revolução molecular:

O capitalismo não só explora a força de trabalho da classe operária como também manipula em seu proveito as relações de produção, insinuando-se na economia desejante dos explorados. A luta revolucionária não poderia ser circunscrita somente ao nível das relações de força aparentes. Ela deve desenvolver-se em todos os níveis da economia desejante contaminados pelo capitalismo (ao nível do indivíduo, do casal,

da família, da escola, do grupo militante, da loucura, das prisões, da homossexualidade, etc.) (Guattari, 1981, p. 20).

É certo, entretanto, que essa mentalidade perpassa não somente explorados, mas também e principalmente os próprios exploradores, que assimilam e reproduzem a mentalidade neoliberal com enorme eficácia. Sendo assim, a luta por tomar parte da constituição dos processos de formação do sujeito poderá ter maior alcance ao contaminá-los, como um vírus. Deleuze identifica na ação do vírus uma potente forma de resistência aos sistemas de controle (Deleuze, 2001). O vírus age levando bifurcações múltiplas à linguagem binária dos sistemas, redirecionando seus códigos de modo a desvirtuar seu funcionamento ideal. Com baixa perceptividade, ele se alastra sem despertar alarde.

Participar dessas micro dimensões da política implica conscientizar-se sobre os processos de formação e captura dos modos de ser, pensar e fazer de acordo com as preferências da razão governamental e dos saberes reconhecidos. O conhecimento sobre a ordem política, legal, sociocultural e econômica que incide sobre cada indivíduo, assim como o desejo de auto constituição, o sentimento de não pertencimento e o desconforto do próprio ser às ordens predominantes, são elementos fundamentais para a exigência da autoria sobre o processo de constituição do sujeito. Participar da ordem sem intermediários, neste sentido, significa criar a própria ordem, modelando-a de acordo com percepções próprias e preferências autônomas, rejeitando a governamentalização neoliberal sobre a existência e o controle das pulsações psíquicas e libidinosas em seus processos constituintes e incidentes. Agir sobre políticas moleculares implica diminuir o espaço da heteronomia para fortalecer autonomias.

A autonomia sobre os processos de constituição de si, perpassa o desmantelamento das lógicas promovidas pelo Estado de essências ideais fixas e segmentações binárias. Abrir-se ao devir, ao nomadismo, às linhas de fuga da desterritorialização dos processos de formação do sujeito é escapar das arborescências das determinações duras, fixas, sucetíveis ao controle e registro das instituições disciplinares e da soberania do Estado.

Agir nomádicamente é não se fixar em conformações identitárias. É mover-se conforme o vento dos acontecimentos, ao prazer dos afetos que cada

um é capaz. Mas principalmente ampliar a capacidade de afetos, multiplicando possíveis conexões, transformações, contaminações. O nômade só é capaz de se desterritorializar porque ele está aberto à diferença, a deixar algo de si onde partiu e de levar algo de si aonde chegar. Multiplica-se as possibilidades de vida, sem necessariamente subordinar uma forma a outra, indo além de derivações arbóreas para se abrir às infinitudes do rizoma.

Anarquia no campo da ação

O movimento antiglobalização destaca-se por uma série de atuações coletivas que fogem dos padrões dos movimentos organizados até então conhecidos. Em Seattle, por exemplo, como forma de atrair a atenção dos meios de comunicação e de proteger os manifestantes da violência policial, viu-se a utilização da tática black bloc por parte de inúmeros ativistas. Destruindo símbolos do capitalismo e não reconhecendo a autoridade policial, a tática retoma a ação direta anarquista, de expressão incontestável de dissenso político e de recusa a representações e negociações com o Estado. As ações nas ruas inspiram-se, em certa medida, nos elementos das Zonas Autônomas Temporárias, sugeridos por Hakim Bey (2001).

A articulação dos movimentos sociais de jovens contestadores ou de resistência, que coloca em xeque o modelo de sociedade capitalista neoliberal tão incorporado como verdade pela juventude adaptada, tem mostrado a sua face através de inúmeros eventos ocorridos contemporaneamente nos mais distintos países. Esses eventos, portadores de singularidades em termos de resistência passaram a ameaçar a ordem vigente, uma vez que questionam veementemente os valores das sociedades capitalistas tão naturalizados pela juventude adaptada. Vale dizer, que os movimentos mais combativos são frequentemente criticados e rejeitados pelos movimentos adeptos de negociações estatais.

O exercício da liberdade, estabelecendo seu próprio espaço de autonomia se faz possível pela experimentação que rompe com as normas e costumes estabelecidos, e busca construir seu próprio caminho. De cada experimentação de fuga, “linhas duras” e “linhas flexíveis” podem sempre se confundir e emergir umas das outras, mas o rompimento com os planos

molares da macropolítica do Estado e dos saberes e instituições constituídas ficam evidentes:

As linhas de fuga não consistem nunca em fugir do mundo, mas sim em fazer com que esse mundo fuja, como quando se perfura um cano, e não há sistema social que não fuja de todas as metas, inclusive se seus segmentos não cessam de se endurecer para obstaculizar as linhas de fuga. (...) Nas linhas de fuga se inventam armas novas, para se opor às pesadas armas do Estado (Deleuze & Guattari, 2008, p. 208)⁶.

Deleuze e Guattari constituem a fuga não como uma desistência, um arrego às macro e micro políticas de dominação e controle, mas como afronta, combate, intervenção/ ação direta de transformação do próprio contexto ou território. *Black blocs* estão provocando transformações em desejos e sentimentos sobre a realidade, tornando possível o impensável. Mas somente serão capazes de provocar estupor nos sistemas molares, às autoridades políticas, enquanto mantiver seu potencial de chocar, de provocar questionamento na polícia e na política constituídas, sobre suas próprias limitações. A arma da destruição simbólica é a da rejeição explícita e frontal da autoridade policial, em seu poder de disciplinar condutas sobre a lei, e da autoridade política, em seu poder de representar reivindicações. A política das vidraças quebradas por mascarados atacam de frente a essas autoridades.

Anarquia no campo da organização

Uma característica desses movimentos sociais de jovens está fundamentada na forma de organização e comunicação de seus participantes que se alterou substancialmente, ganhando um status de ferramenta utilizada para articulação de suas ações coletivas. Como a comunicação não tem ocorrido somente por meio de computadores ligados à internet, mas também através de celulares e diferentes formas de mídias móveis, o registro instantâneo de suas ações transformou-se em arma de luta e em ações que geram outras ações através de suas difusões por meio de ferramentas como Twitter, Facebook, Youtube, Tumbler, blogs, etc., fomentadoras daquilo que se convencionou chamar de ciberativismo. Este é um eixo no qual as resistências aos modos de vida da racionalidade neoliberal e as inúmeras capturas pelos fluxos comunicacionais da sociedade de controle sempre estão em uma

⁶ Tradução própria.

encruzilhada plástica e oscilante na qual nunca se pode traçar uma divisão clara entre quem resiste e quem colabora.

Não possuem o mesmo grau de organização interna dos movimentos da década de 1960 estudados pelo paradigma da Teoria da Mobilização de Recursos, pois se distanciam do ideal empresarial e da mentalidade dos que operam em termos de ganhos, mais uma vez registrar-se o rompimento com a distinção estratégica entre meios e fins. Esse distanciamento é ainda mais evidente nas diferenças de contatos com organizações estatais, que são escassas ou nulas, com o que podemos denominá-los não institucionalizados. Em polo oposto, na ótica organizacional de McCarthy e Zald (1987) grupos organizados se articulam e disputam entre si recursos humanos, financeiros, mediáticos, funcionando como verdadeiras indústrias de mercado competindo pela obtenção de leis, políticas públicas e apoios político-sociais. Esses grupos agem na constante busca de maximizar eficiência e eficácia em suas ações, burocratizando a organização e estabelecendo alianças estratégicas. Esta formatação de ação coletiva coincide com o que Foucault chamou de *homo oeconomicus*.

No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso – também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas como o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus*, parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda (FOUCAULT, 2008, p. 310-311).

Alguns autores têm enfatizado o ano de 2011 como um momento em que a esquerda mundial conquistou um espaço político jamais visto na história, principalmente, através de um tipo de participação política que coloca em xeque todas as referências institucionais existentes até então. Entretanto, embora não sejam consensuais suas estratégias de resistência, já que essa esquerda protagonizada pela juventude contempla socialistas, comunistas e, principalmente, anarquistas, a sua força teve um alcance inimaginável.

O viés anarquista existente nos movimentos de 2011, mesmo que não seja explicitado na teoria, choca-se com o programa muitas vezes reformista e regulacionista do capitalismo, como se vê, no manifesto dos indignados espanhóis. Se em geral é verdade, como escreve

Vladimir Safatle, que “não dá pra confiar em partidos, sindicatos, estruturas governamentais”, sua conclusão é muito mais controversa: “a época em que nos mobilizávamos tendo em vista a estrutura partidária acabou” (CARNEIRO, 2012, p. 12).

Hoje, grande parte dos jovens contestadores, que buscam táticas de resistência ao domínio do capital e de suas consequências, não acredita na luta institucional burocratizada através de partidos e sindicatos. Talvez seja por isso que esses jovens tenham passado a se organizar de forma horizontalizada e sem o peso hierárquico das instituições e de seus “intelectuais orgânicos”. Partindo dessa premissa, é possível questionar se a eclosão simultânea e contagiosa desses movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região ocorridas em 2011 e 2013 conseguiriam alcançar essa proporção, tomando uma dimensão internacional, na medida em que passaram a se articular através do ciberativismo derrubando ditaduras na Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, estendendo-se pela Europa, com ocupações e greves na Espanha e na Grécia, revolta nos subúrbios de Londres, atingindo os estudantes do Chile e ocupando Wall Street, nos Estados Unidos.

A perspectiva da auto-organização, do associativismo e a própria ideia de revolução encontram rechaço importante por parte de tendências mais individualistas, por entender que nessas iniciativas há maior possibilidade de subordinação a lógicas, racionalidades, interesses e normas externas às próprias do indivíduo.

(...) o perigo da associação conleva a reprodução, à escala diferente, de uma sociedade, e é evidente que neste contexto, os indivíduos devam renunciar à boa parte de sua soberania. Stirner propõe ‘uniões de egoístas’, formadas por indivíduos livres que podem se unir episódicamente para colaborar, mas evitando a estabilidade ou a permanência (Díez, 2006, p. 31).⁷

Ora, quanto mais organizada for a constituição de um grupo, mais se deve adaptar às dinâmicas que tal organização exige, como compromissos de agenda, distribuição de tarefas, estabelecimento de locais de encontros, locação ou ocupação de imóveis, que exigem manutenção, gestão de despesas e mais organização. Há aí a exigência de algum nível de aceitação de aspectos mais diversos da ordem estabelecida. Nem que seja aspectos da

⁷ Tradução própria.

modernidade, como a racionalidade, a objetividade, ou exigências da burocracia estatal, como registros, reconhecimentos, ou do mercado, como aluguel, etc. Entre os participantes há também, em grupos organizados, o quase inevitável surgimento de hierarquias, devido às naturais diferenças de personalidade, experiência, conhecimento e capacidade de oratória. A ausência de regras ou de formalização de papéis entre os participantes, que é a proposta de alguns grupos autogestionados, não só não evita como pode até mesmo favorecer o surgimento de indivíduos ou grupos tomando a liderança em decisões importantes (Freeman, 1970).

A formação de grupos de afinidade, no entanto, coincide com as uniões egoístas propostas por Stirner, quando o objetivo é criar espaço para a sociabilidade anarquista. Mas neste caso, o encontro é motivado por causa própria, o interesse do indivíduo:

(...) há tanta coisa a querer ser minha causa! A começar pela boa causa, depois a causa de Deus, a causa da humanidade, da verdade, da liberdade, do humanitarismo, da justiça; para além disso, a causa do meu povo, do meu príncipe, da minha pátria, e finalmente até a causa do espírito e milhares de outros. A única coisa que não está prevista é que minha causa seja a causa de mim mesmo! (Stirner, 2004, p. 9).

Se nota nos anarcoindividualistas, além da aversão a normas, leis e ao Estado enquanto construção social, também há um sentimento enraizado de ceticismo em relação às revoluções. “As revoluções autênticas se experimentam nas consciências e nos pequenos atos cotidianos. E isso significará, para muitos individualistas, uma implacável hostilidade contra as convenções sociais” (Díez, 2006, p. 31). Tal hostilidade visa criar distanciamento a governamentalidades, na qual autoridades as mais diversas guiam condutas em coerência com a lógica das grandes organizações e são assumidas e naturalizadas pelos indivíduos.

“As práticas anarquistas se chocam com um conjunto de táticas, preceitos e instituições que regulam e guiam os indivíduos em suas particularidades e em seu conjunto articulado, traço marcante do exercício do poder moderno como anotou Foucault por meio da noção de governamentalidade (Augusto, 2013, p. 20).”

Quando se pensa em um grupo organizado, visualiza-se alguma forma de coesão. Ou seja, as práticas e condutas dentro de um grupo são esperadas

que sejam coerentes umas com as outras, que não haja ruptura muito grande entre posicionamentos e posturas. O nível de coesão interno varia tanto quanto o nível de afinidade, organização, centralização ou comando. Sempre há nesses grupos mais coesos algum tipo de disciplinamento das condutas e de objetividade em termos de ganhos. Aí as estratégias e os cálculos de riscos e benefícios se inserem com maior facilidade, assim como ocorre em empresas e organizações burocráticas, que atuam com objetividade e controle de condutas.

Sem o viés anti-organizativo, mas também demonstrando preocupação com as vivências cotidianas libertárias, Bakunin defende que a ação coletiva, dos grupos, tem maior potencial revolucionário que as ações individuais dispersas: “Somente quando unamos e combinemos nossos meios e ações poderemos criar o capital (o poder de organização) capaz de enfrentar o capital combinado (de forças combinadas) de nossos adversários” (Bakunin, 2013, p. 73). O objetivo seria substituir o governo centralizado, porém criando novas ordens autônomas: “para que essa descentralização seja possível é necessário contar com uma verdadeira organização e esta não pode existir sem certo grau de regulamentação, que é, depois de tudo, simplesmente o produto de um acordo ou contrato mútuo” (*ibid.*).

A forma de ação coletiva para a destruição do poder estatal, proposta por Bakunin, perpassa a espontaneidade e o caos produzido pelas revoltas indignadas de cada rebelde que ama sua liberdade:

A insurreição popular, por sua própria natureza, é espontânea, caótica e despiedada; supõe sempre a destruição de sua propriedade e da alheia. As massas do povo estão sempre dispostas a se sacrificar e o que as converte em uma força dura e selvagem, capaz de atos heroicos e de objetivos em aparência impossíveis, é que possuem muito pouco e com frequência absolutamente nada e que, por tanto, não estão corrompidas pelo desejo de propriedade. Se a vitória ou a defesa o exigem, não se deterão nem ante a destruição de suas próprias aldeias e, considerando que além disso a propriedade não está em seu poder, podem chegar a evidenciar uma verdadeira paixão pela destruição (Bakunin, 2013, p. 74)⁸.

A tática *black bloc* parece se evidenciar no meio caminho entre o individualismo de Stirner e o coletivismo de Bakunin. No que tange ao individualismo, a espontaneidade com que indivíduos se encontram para

⁸ Tradução própria.

expressar revolta ao sistema, sem ação coordenada, sem associação ou movimento constituído para organizar as ações, sugere um encontro de afins com nenhum ou com baixo nível de articulação prévia e permanente. Por outro lado, a ação em grupo, a subversão súbita da ordem centralizada, que poderia ser o prenúncio de uma revolução violenta, aproxima a tática a sublevações revolucionárias. Dependeria talvez do número de revoltados, da coordenação das ações ou da perduração dos atos para que tenham êxito na destruição das instituições do *establishment*.

O enfrentamento com as forças da ordem com o uso da tática nas manifestações que temos presenciado no Brasil não aparenta ser de combate, e sim de resistência, já que manifestantes atiram pedras contra policiais dotados de capacetes, escudos, fuzis com bala de borracha, bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. O potencial revolucionário de uma tática de confronto que não se trata de eliminar o adversário se assemelharia mais à desobediência civil, da qual Gandhi foi partidário. Aparentemente, os ativistas e as tendências hodiernas do anarquismo se distanciam do objetivo de eliminação do adversário⁹, se centrando mais na afirmação individual de autonomia e de resistência à ordem instituída.

Para abrir outras conversas

Certamente nos encontramos diante de novas táticas de resistência ao poder do capitalismo contemporâneo que vigora sob a roupagem do neoliberalismo, majoritariamente composta por jovens, que atingiram um nível planetário. Sendo assim, é possível afirmar que há certas peculiaridades nas formas de resistência das ações coletivas dos jovens contemporâneos que se encontram indignados com as condições sociais, econômicas e políticas que incidem sobre eles de forma repressiva ou convocam para adesão à um jogo que vê todos como competidores a investirem em seu capital humano para tornarem-se empreendedores de si. Isso tem levado esses jovens não somente

⁹ Foucault, cujas reflexões são frequentemente utilizadas para embasar novas compreensões de anarquismo, chegou a afirmar (em FOUCAULT, 2005, pp 285-316) que propósitos de eliminação do adversário, como as socialistas e as do anarquismo do final do século XIX, coincidem com práticas racistas bastante semelhantes às que deram origem ao fascismo.

a resistir, mas também a se mobilizarem e a ocuparem os espaços públicos de forma bastante diversa.

Por qualquer ângulo, 2011, foi um bom ano para a esquerda mundial – seja qual for a abrangência da definição de cada um sobre a esquerda mundial. A razão fundamental foi a condição econômica negativa que atingia a maior parte do mundo. O desemprego, que era alto, cresceu ainda mais. A maioria dos governos teve de enfrentar grandes dívidas e receita reduzida e como resposta tentaram impor medidas de austeridade contra suas populações, ao mesmo tempo em que tentavam proteger os bancos. O resultado disso foi uma revolta global daqueles que o movimento *Occupy Wall Street* chama de “os 99%”. Os alvos eram a excessiva polarização da riqueza, os governos corruptos e a natureza essencialmente antidemocrática desses governos – sejam eles de sistemas multi-partidários ou não. Não é que movimentos como o *Occupy Wall Street*, a Primavera Árabe e os indignados tenham alcançado tudo o que esperavam. Mas, conseguiram alterar o discurso mundial, levando-o para longe dos mantras ideológicos neoliberais, para temas como desigualdade, injustiça e descolonização. Pela primeira vez em muito tempo pessoas comuns passaram a discutir a natureza do sistema no qual vivem (WALLERSTEIN, 2012, p. 73-74).

Essas lutas, tanto no Brasil quanto fora dele, perpassam as mais distintas questões e táticas de resistência. Aqui, vemos desde “A Marcha das Vadias” até mesmo a “Marcha da Maconha” e demais movimentos que se intensificaram resultando em diversas paralizações e manifestações que ocorreram em junho de 2013, que reivindicam direitos sociais, políticos e civis. Não obstante, as forças conservadoras ainda exercem o seu peso, inclusive criminalizando os movimentos sociais, sobretudo, aqueles praticados por jovens. Isso é bastante nítido nas ações de caráter repressivo, capitaneadas pelas forças policiais que atuam nestes espaços políticos agredindo fisicamente e simbolicamente os seus manifestantes.

Contudo, não podemos nos esquecer que as alas mais conservadoras, do qual os jovens adaptados geralmente são tributários, ainda exercem um peso enorme na política nacional. Não é à toa que vemos manifestações políticas mescladas com ações religiosas e moralistas ocupando um enorme espaço como, por exemplo, “A Marcha para Jesus”, capitaneada pela ala evangélica e conservadora. Isso reflete também na política nacional com os postos ocupados por Bolsonaro, Feliciano e demais representantes do

conservadorismo que visa combater quaisquer ações que violem os princípios morais e religiosos destes.

No entanto, essa tensão se não dá apenas de maneira exterior a esses movimentos e de forma que se poderia retomar a já desgastada oposição entre esquerda e direita ou conservadores e progressistas. Nesses movimentos também habitam futuros empreendedores de si, aptos, em pouco tempo, a utilizarem a expertise adquirida em meio aos movimentos de resistência para “aplicá-las” de forma empreendedora em novas formas organizacionais de empresas, partidos, sindicatos e universidades. Na sociedade de controle as capturas são constantes e já se observa a proeminência, ainda um pouco tímida, de algumas lideranças galgadas em meio aos jovens contestadores como estratégia de refazer a forma-partido como princípio organizacional da política, casos de Camila Valejo, entre os estudantes chilenos, ou de Pablo Iglesias, entre os indignados espanhóis. Dois casos emblemáticos de como se captura o novo para se repor o velho, retomando a velha estratégia da raposa entre meios e fins e operando uma das mais velhas máximas da Ciência Política moderna: é preciso mudar para que nada mude.

No caso dos jovens no Brasil, isso ainda não tomou uma forma nova, junho de 2013 ainda está fresco e de certa maneira não acabou. O que é possível afirmar é que se as análises segurem se servindo de velhas categorias, a transformação demorará a produzir efeitos na produção do saber sobre essas táticas surpreendentes de resistência.

Referências bibliográficas

AUGUSTO, A. **Política e antipolítica: anarquia contemporânea, revolta e cultura libertária**. [tese de doutorado]. Ciências Sociais, PUC/SP. São Paulo, 2013.

BARRET, D. **Los sediosos despertares de la anarquía**. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2011.

BAKUNIN, M. **Táticas Revolucionarias**. Buenos Aires: Terramar Ediciones, 2013

BEY, H. **TAZ: zona autônoma temporária**. Tradução de Renato Rezende e Patrícia Decia. São Paulo: Conrad, 2001.

- CARNEIRO, H. S. **Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011**. In HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- DAY, Richard J. F. **Gramsci is dead: anarchist currents in the newest social movements**. Londres, Pluto Press, 2005.
- DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle** in *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2001.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F., **Mil Mesetas: Capitalismo y Esquizofrenia**. Valencia: Pre-textos, 2008.
- DÍEZ, X. **La Insumisión Voluntária: El anarquismo individualista español durante la Dictadura y la Segunda República (1923-1938)**. *Germinal*, pp. 23-58, Abril 2006.
- FREEMAN, J., **A tirania das organizações sem estrutura**. [Online] Disponível em: <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm> [Acesso em 20 Janeiro 2015], 1970.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- _____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GOHN, M. G. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.
- GRAEBER, D. “O carnaval está em marcha” in *Folha de São Paulo*. São Paulo. 14 de outubro, 2005.
- GUATTARI, F. **Revolução Molecular: Pusações Políticas do Desejo**. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- MELUCCI, A. **Que Hay de Nuevo en los Nuevos Movimientos Sociales**. In LARAÑA, E. e GUSFIELD, J. *Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideología a la identidade*. Madrid: CIS, 1994.
- MCCARTHY, J., & ZALD, M. **Resource Mobilization and Social Movements: a Partial Theory**. In: J. MCCARTHY, & M. ZALD, *Social Movements in an Organizational Society*. New Jersey: Transaction Publishers, 1987.
- NEWMAN, Saul. **The Politics of Postanarchism**. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 2010.
- SOUSA, M. Ricardo de. **Os Caminhos da Anarquia. Uma Reflexão Sobre as Alternativas Libertárias em Tempos Sombrios**. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2011.
- STIRNER, M., 2004. **O Único e a sua Propriedade**. Lisboa: Antígona.
- WALLERSTEIN, I. **A esquerda mundial após 2011**. In HARVEY, D. *et al. Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012.